



Mais da metade da população carcerária do estado é composta por pessoas analfabetas, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho



DARCI MONTEIRO - ARQUIVO GA



**MAPA CARCERÁRIO.** Até a última quinta-feira, excedente era de 3.037

## Unidades prisionais registram superlotação

Cadeião é o que apresenta o maior percentual de detentos a mais [128,3%]. Até o dia 18, eram 308 acima da capacidade do local

THIAGO GOMES  
REPORTER

O Mapa da População Carcerária mostra que Alagoas tinha, até a última quinta-feira, 5.633 presos, entre provisórios, condenados do regime fechado, aberto, semiaberto, que cumprem medida de segurança ou estão recolhidos em penitenciárias federais em outros estados. A quantidade de reeducandos recolhidos em unidades prisionais chegava a 3.346, quando a capacidade total é de 2.596 presos, sendo 1.827 em Maceió e 769 no Presídio do Agreste, que fica em Girau do Ponciano. O excedente era de 3.037 detentos.

Do regime semiaberto e aberto – alguns deles sendo monitorados por tornozeleira eletrônica ou sem qualquer controle pela Seris – eram 950 presos no aberto e 1.306 no semiaberto. A Colônia Agroindustrial São Leonardo está interditada por decisão judicial. A administração penitenciária utilizava essa unidade para usá-la como semiaberto (quando o preso passa o dia trabalhando fora do sistema e retorna, à noite, para dormir na cela).

O mapa revela que todas as unidades prisionais de Alagoas apresentam superlotação, com exceção do Núcleo Ressocializador. A Casa de Custódia da Capital (Cadeião) é a que apresenta o maior percentual de presos excedentes (128,3%). Até o dia 18, eram 308 detentos acima da capacidade do local. Consta a informação de

que 373 presos estão sendo monitorados eletronicamente. Por tipificação criminal, são 95 detentos com tornozeleira que respondem por homicídio, 6 por latrocínio, 148 por roubo qualificado, 97 por tráfico de drogas, 1 por receptação, 8 por furto, 2 por tentativa de homicídio, 3 por porte ilegal de arma de fogo e 13 por outros crimes.

Ao todo, 68 homens e 8 mulheres (somando 76) ainda estão cumprindo medidas cautelares e, portanto, são presos provisórios. E 280 homens e 17 mulheres (total de 297) já possuem sentença e cumprem pena.



DARCI MONTEIRO - ARQUIVO GA

Juiz Braga Neto lamenta a falta de programas de ressocialização e cobra do governo convênios que facilitem a volta ao mercado de trabalho

### Volta ao mercado de trabalho é um desafio

O Estado não tem qualquer projeto em execução para acompanhamento de ex-reeducandos. O juiz Braga Neto acredita que a maioria dos detentos quer ter uma vida normal e sair do mundo do crime, porém, a falta de oportunidades de emprego, renda, o ambiente inadequado e a falta de formação os levam para a delinquência. “É preciso ter um acompanhamento pós-liberdade, por uma equipe multidisciplinar, com geração de empregos e a atenção do Estado para firmar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas. Muitos ainda

têm resistência a oferecer empregos a ex-presidiários. Porém, há alguns avanços, a exemplo de convênios com a Casal, Ufal, Correios, Polícia Militar e com empresas terceirizadas, que absorvem mão de obra carcerária”, diz. Luna lamenta a suspensão de um projeto desenvolvido pela Secretaria de Emprego e Renda, que capacitava ex-reeducandos e abria vagas no mercado de trabalho. O secretário revela que a inauguração de mais um presídio masculino, ano que vem, com capacidade para até mil presos, vai permitir transformar o Cyriádio Durval em

mais uma unidade ressocializadora para 300 vagas. Atualmente, 85 presos trabalham em 5 fábricas que ficam no entorno do sistema. Eles produzem colchões, vidros temperados, blocos e telhas. Segundo o secretário, 280 presidiários monitorados por tornozeleiras trabalham em órgãos públicos. Eles são acompanhados por uma equipe multidisciplinar e a maioria, conforme Luna, não volta para o mundo do crime. “Infelizmente, não conseguimos avançar na ressocialização. Tentamos evoluir, firmando parcerias e convencendo as empre-

sas que a capacitação e a geração de emprego para os presos é uma via alternativa que merece ser percebida”, avalia.

Sobre os socioeducandos, Luna garante que a reforma das unidades de internação, iniciada pelo governo e prevista para ser concluída em abril de 2015, vai criar meios para ressocialização. “Vamos procurar dotar as unidades da mesma estrutura do sistema prisional, que é utilizar a área para educação, lazer e trabalho. Agora, os espaços parecem presídios e não se adequam ao padrão recomendado”, conclui. **16**